

O LAR COMO ESPAÇO DE APRENDER EM TEMPOS DE PANDEMIA

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti¹

Artigo recebido em: 05/09/2021.

Artigo aceito em: 28/03/2022.

RESUMO:

A partir do ano de 2019, mais precisamente em 31 de dezembro de 2019, a organização mundial de saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 11 de março de 2020, devido a expansão da doença COVID-19 em todo mundo rapidamente, foi decretada pela OMS uma pandemia. E, conseqüentemente houve a necessidade de mudanças que envolveram toda uma dinâmica espacial de circulação das pessoas no mundo. Foram propostos alguns procedimentos para controlar as mortes e internações. Dentre eles o fechamento das instituições escolares. Os espaços educativos escolares tiveram que ser ressignificados no lar. Este artigo tem como objetivo mostrar como o pensamento de Michel Foucault a partir dos termos Biopolítica e Biopoder pode contribuir de forma reflexiva para ajudar a pensar as duas modalidades de ensino emergencial tanto no modelo remoto, como no híbrido e compreendê-las como dispositivos de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica, Biopoder, Ensino Remoto Emergencial, Ensino Híbrido, Dispositivos de Segurança.

THE HOME AS A SPACE TO LEARN IN TIMES OF PANDEMIC

ABSTRACT:

As of 2019, more precisely on December 31, 2019, the World Health Organization (WHO) has been alerted to several cases of pneumonia in wuhan city, Hubei province, people's republic of China. On March 11, 2020, due to the expansion of COVID-19 disease worldwide rapidly, a pandemic was decreed by who. And consequently there was a need for changes that involved a whole spatial dynamics of movement of people in the world. Some procedures have been proposed to control deaths and

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (2000). Segunda Graduação em Filosofia - Bacharelado - Universidade Católica de Brasília. Especialização em Psicopedagogia e Inspeção Escolar pela Universidade Federal de Uberlândia e atualmente é mestre pelo PPGED (programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal de Uberlândia), na linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação. Vínculo instituição educacional: Universidade Católica de Brasília (UCB) - Graduanda do curso de Filosofia - Bacharelado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0686208749011873>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7136-8641>. E-mail: raquelranzatti@gmail.com.

hospitalizations. Among them the closure of school institutions. School educational spaces had to be re-meant in the home. This article aims to show how Michel Foucault's thinking from the terms Biopolitics and Biopower can contribute reflective to help think of the two modalities of emergency education in both the remote and hybrid model and understand them as safety devices.

KEYWORDS: Biopolitics, Biopower, Emergency Remote Education, Hybrid Teaching, Security Devices.

1. Introdução

A partir do ano de 2019, mais precisamente em 31 de dezembro de 2019, a organização mundial de saúde (OMS)² foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Ao final de janeiro de 2020, no dia 30 a OMS declarou o surto do novo coronavírus e que este constituía-se causa de emergência de saúde pública internacional. No dia 11 de fevereiro de 2020, foi declarada uma nomenclatura específica para este novo coronavírus. Ele recebeu o nome de SARS-CoV-2 e foi responsável pela doença COVID-19. Em 11 de março de 2020, devido a expansão da doença COVID-19 em todo mundo rapidamente, foi decretada pela OMS uma pandemia. No Brasil, em 2019 tinham sido registrados cerca de 21 mil casos confirmados e 1.200 mortes pela COVID-19, segundo Carvalho e Werneck (2020). Os autores explicam no artigo intitulado: *A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada*, no periódico caderno de saúde pública de maio de 2020 que o insuficiente conhecimento científico, a alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis pela transmissão da COVID-19, geraram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil os desafios foram ainda maiores, pois pouco conhecimento da população havia sobre as características de transmissão da COVID-19. Em um

² <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

contexto de grande desigualdade social e com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração, a proliferação e crescimento rápido da doença seria mais efetivo.

No ano de 2020, após o alerta da OMS o mundo passa a ter medidas restritas e de precauções. Dentre elas o distanciamento social forçado pela presença de um vírus letal que se prolifera mundo todo. Conseqüentemente, uma nova maneira de organizar e pensar a circulação da população e novos ajustes mediante o quadro de controle estatístico de mortes e internações foram propostos: além do isolamento social, do distanciamento social, houve a ampliação de atendimento de postos de saúde e hospitais, uma nova forma de atuação do saber médico, o fechamento de comércio e das instituições escolares.

Foram suspensas as aulas presenciais e grande parte das instituições de ensino construídas em um espaço físico próprio, seguindo um modelo arquitetônico específico, quadriculado, balizador de posições tiveram que passar por novas ressignificações e adequações. Para dar continuidade aos processos educativos, por meio do ensino remoto ou não presencial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 28 de abril de 2020 parecer³ favorável à possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual e proposta de parecer sobre a reorganização do Calendário Escolar, em razão da Pandemia da COVID-19, homologado pelo Ministério da Educação (MEC), em despacho de 29 de maio de 2020⁴. Tudo isso para assegurar a continuidade de rotina, da conduta disciplinar tanto dos sujeitos, como da população.

Para tanto houve a necessidade da modulação das tecnologias virtuais a distância existentes e de forma emergencial passaram a ter um significado mais proeminente, atingindo outro espaço, o da casa. Este local que até então era

³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192

⁴ <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2020&jornal=515&pagina=32>

considerado pelos sujeitos como o lugar da vida particular e privativa passou a assumir um novo formato, uma mudança de papel e de maneira veemente tomou para si a configuração do ensino, da vigilância e da visibilidade que antes cabia a escola.

Para entender um pouco da dinâmica deste novo espaço de aprender, este artigo tem como objetivo mostrar como o viés do pensamento de Michel Foucault, a partir do curso de 1976, “*Em Defesa da Sociedade*” e em 1979, *Segurança, Território e População*, e os termos Biopolítica e Biopoder puderam contribuir de forma reflexiva como ferramentas para ajudar a pensar as duas modalidades de ensino emergencial: o remoto e o híbrido. Em um primeiro momento haverá uma breve explanação das categorias Biopolítica e Biopoder assinalados por Michel Foucault e na sequência serão expostas resumidamente definições de ensino remoto, segundo os artigos de: Souza, Nóbrega e Oliveira, Alves, Sunde, Nhaguaga, e Júlio e sobre o modelo híbrido segundo artigos de Pasini, Carvalho e Almeida e Lima, e a obra de Bacich, Neto e Trevisani, (2015) *Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Para finalizar, será feita uma reflexão sobre a consideração destes modelos de ensino e da sua repercussão como dispositivos que colaboram com a continuidade a garantia da disciplina dos sujeitos e da segurança da população.

2. A noção de Biopoder e Biopolítica em Michel Foucault

Foucault quando trabalhou o conceito de Biopolítica em suas aulas, teve como elemento significativo para se pensar as estratégias de poder, a vida. No entanto, o sentido de poder apresentado por ele vai além de algo que se determina em um nível macro. O Poder, segundo ele, tem sempre um alvo, um objetivo, ele é dinamizado nas relações. No livro *Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade*, da Coleção Ditos e Escritos, Foucault, no capítulo referente ao “Sujeito e o Poder”, destaca que a pesquisa genealógica está voltada para a quebra, descontinuidade. O sujeito não se desvincula das relações sociais e nem da força e poder, pois nelas estão inseridas resistências. Caso contrário, as relações iriam se caracterizar pela submissão e o poder e força deixariam de existir. Portanto, compreender as relações de força inseridas num

contexto de poder não é simplesmente analisar o sujeito enquanto subjetivação numa linearidade econômica e política, mas sim percebê-lo numa guerra que se forma constante e na constante relação de construção e desconstrução.

Para conhecer melhor o movimento destas relações de poder, o filósofo desenvolveu nos seus estudos a concepção de Biopoder e Biopolítica. O Biopoder, numa bipolaridade desenvolve-se por volta do século XVII para o indivíduo, numa anatomopolítica, e posteriormente, no século XVIII volta-se não apenas para o indivíduo, mas para a população, no corpo-espécie, numa Biopolítica.

Na aula de 17 de março de 1976, *“Em Defesa da Sociedade”* Foucault traz em destaque a relação da organização do Biopoder. Num primeiro movimento o *“fazer morrer ou deixar viver”* que era um direito de soberania dá amplidão para um outro: *“fazer viver e de deixar morrer”*, que passou a ser um direito político do século XIX. Tendo estas premissas, ele pontua que estas afirmações não se deram de forma abrupta, mas desde o século XVII já havia certo posicionamento dos juristas no plano do contrato social ou no campo do pensamento político e regulamentador. Sendo assim, as tecnologias de poder sobre a vida vão se afirmando, ora em poder disciplinar, com mecanismos de técnicas disciplinares: sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações e de relatórios, nos quais o corpo individualizado produz resultados individualizantes. Ora vão se estruturando numa tecnologia regulamentar da vida, que se dá na multiplicidade dos homens, na população, na medida em que eles vão se resumindo em corpos, numa massa global, nos quais os mecanismos de controle já não são os mesmos utilizados anteriormente, mas sim a inserção dos dispositivos de segurança.

Portanto, no que diz respeito a existência do Biopoder, pode-se afirmar que ele surgiu como um movimento para assegurar que os corpos treinados sejam capazes de serem produtivos. A partir do século XIX, disciplinar condutas individuais já não bastava, necessitava-se sim de implantar um gerenciamento para a vida das populações. Um caminho seguro para a Biopolítica. A Biopolítica, como processo de

Gestão de vida da população recebe um conceito que vem de encontro com as observações de Foucault. Revel afirma que:

“O termo **biopolítico** aí designa simplesmente a maneira pela qual o poder se transforma entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não apenas os indivíduos, através de certo número de procedimentos disciplinares, mas também o conjunto de seres vivos constituídos em populações [...]” (REVEL, 2006, p. 57)

Para tanto, a Biopolítica necessita de outros procedimentos diferenciados dos então empregados nos controles apenas dos sujeitos individuais. A partir do século XVIII, são inseridos os primeiros alvos de controle dessa Biopolítica. A medição estatística e o controle demográfico. Eles colaboram para a implementação dos mapeamentos da natalidade, da morbidade, dos efeitos dos meios, das incapacidades biológicas. Na sequência, a Biopolítica vai inserindo outros mecanismos regulamentadores, para o controle das cidades, na reestruturação espacial e arquitetônica delas.

Porém, na relação de Biopoder e Biopolítica importante destaque se dá ao papel do Estado e de sua gênese. Das práticas de governo das quais Foucault assinala a Governamentalidade, a população é o objeto. A economia o saber mais importante. E os dispositivos de segurança os mecanismos básicos.

A Governamentalidade Biopolítica é a que ressignifica a soberania e precede o estatuto jurídico do estado. Na aula de 1º de fevereiro de 1978, *Segurança, Território e População*, Foucault traz alguns conceitos que colaboram no esclarecimento do termo empregado para a Governamentalidade.

Para ele:

“[...]governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem como alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha que força que, em todo o Ocidente, e desde muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros –soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

Enfim, por “governamentalidade”, creio que deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado Administrativo, viu-se pouco a pouco “Governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

O homem espécie portanto é governado através de estratégias de politização da vida, numa racionalidade de saberes que produzem subjetividades vinculadas a essa rede de tecnologias de poder em um determinado contexto histórico. A governamentalidade, portanto é um conjunto de procedimentos ou dispositivos que além de controlar os sujeitos sociais incide no processo de constituição das subjetividades desses indivíduos. Estes dispositivos ao atuarem como um conjunto heterogêneo de relações de força, em relações de poder, condicionam os saberes e por eles são condicionados através da articulação de elementos tanto discursivos, quanto não discursivos, nas práticas e instituições. Portanto, lidam com uma realidade determinada e seus condicionamentos incidem de acordo com as formas que se pode controlar e organizar o social.

Contudo, mediante o contexto de pandemia e sabendo que as instituições escolares ficaram desabitadas pelos estudantes, houve um novo espaço de aprendizagem, a casa. Para que não se perdesse o foco da rotina, do quadriculamento, da docilidade e utilidade da população, instituídos como tecnologias na escola, questiona-se como alguns dispositivos, como o sistema remoto emergencial e ensino híbrido foram se inserindo e incorporando-se a dinâmica do espaço da casa para atender esta Biopolítica e Biopoder do contexto de período de pandemia.

3. Sistema Remoto Emergencial e Ensino Híbrido: dispositivos de segurança no espaço do aprender

Para melhor compreender como o sistema remoto emergencial e o ensino híbrido podem estar a serviço do Biopoder e da Biopolítica enquanto dispositivos de segurança é relevante buscar definições de artigos que explicitam sobre estes dois tipos de ensino. Sobre os conceitos empregados ao modelo remoto emergencial busquei em Souza, Nóbrega e Oliveira, Alves, Sunde, Nhaguaga e Júlio. Sobre o sistema híbrido os artigos de Pasini, Carvalho e Almeida e Lima e a obra de Bacich, Neto e Trevisani, (2015) “Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação” sinalizam sobre como se organiza esta proposta de trabalho.

De forma sucinta importante esclarecer que existem autores que consideram que existem diferenças entre EAD, ensino híbrido, Ensino remoto emergencial e suas perspectivas metodológicas. O Prof. José Manuel Moran (2012), na sua obra: “Novos caminhos de ensino a distância” traz uma definição para EAD como o processo de ensino, intercedido por computadores, no qual professores e professoras e estudantes apesar de estarem fisicamente separados se interligam por tecnologias (digitais) de comunicação e informação (TDIC). O decreto do MEC nº 9.057, de 25 de maio de 2017, discursa sobre esta modalidade educacional definindo-a da seguinte forma:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. Art. 3º A criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos à distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação. (DECRETO, 9.057, de 25 /05/ 2017)

Nestes artigos ficam definidos que o EAD é um modelo diferente do presencial. Anterior a este decreto foi contemplado este tipo de ensino na Lei de Diretrizes da educação Nacional (LDB 9394/96), posteriormente foi citado nas metas

do Plano Nacional de Educação e teve sua criação regulamentada na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Numa outra perspectiva, ao se pensar o ensino on line muitos programas que trabalhavam na vertente do EAD migraram para um outro modelo on line de comunicação, uma forma aprimorada cuja performance envolvia tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Segundo Santos (2009), “a educação *online* é um fenômeno da cibercultura e não uma evolução da EaD e traz, em potência, o exercício da autoria, o favorecimento da autonomia, da comunicação colaborativa em rede, da interatividade, do diálogo, conforme princípios que a fundamenta. Nestes ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), para além de uma simples plataforma on line, os encontros de produção e subjetividade se dão através da interatividade, da troca de diálogos.

Já o ensino remoto emergencial, tornou-se exequível com a emergência da pandemia. Houve a necessidade de transpor as práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem. Ele pode ser definido da seguinte forma:

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações. (MOREIRA e SCHELMMER, 2020, p.9)

Algumas estratégias são utilizadas nas aulas remotas para que a rotina do espaço de aprender da escola não seja desconsiderado ou se distancie do aluno. Segundo Alves (2020, p.358) as formas de ensino-aprendizagem são apresentadas na forma de correção dos exercícios que foram encaminhados para os pais por meio de exercícios impressos e/ou as páginas indicadas nos livros. Os professores corrigem junto com as crianças, isto é, aquelas que são lembradas e chamadas para participar.

Nessa correção os docentes explicam os conceitos apresentados nos exercícios. Neste sentido, as atividades mediadas são caracterizadas por plataformas digitais de maneira assíncrona e síncrona, com encontros frequentes durante a semana, seguindo o cronograma das atividades presenciais e as táticas de comunicação foram diversas e intensas: mensagens de texto, áudios, chamadas de vídeo, lives, reuniões on-line, videoaulas.

Em relação ao ensino híbrido, Bacich, Neto e Trevisani trazem algumas características desta abordagem pedagógica. Logo no prefácio da obra: “Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação” é assinalado como este ensino se posiciona perante a educação. Por ter uma proposta de combinar atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), o foco da aprendizagem passa a ser no aluno e não mais na transmissão de informação que o professor tradicionalmente realiza. Ele estuda o material e em diferentes situações e ambientes, tanto na escola, como em casa, ou em outro ambiente que o dê oportunidade de envolver-se com a tecnologia começa a problematizar, resolver problemas e buscar soluções para sua formação acadêmica. Nesta perspectiva, o espaço escolar não basta em si, pois os alunos são instigados a avançarem em outras vertentes de espaço para produzirem seu conhecimento.

Alguns métodos são apresentados pelos autores no desenvolvimento deste modelo de ensino. As aulas invertidas ou flipped classroom, como o próprio nome sugere, propõem inverter a metodologia tradicional de ensino. Em vez de o professor expor o conteúdo, passando conhecimento a um grupo de estudantes — a ideia é que esses estudantes já cheguem em sala de aula após ter estudado o conteúdo em casa. Na rotação por estações, o professor cria estações de trabalho com diferentes objetivos relacionados ao aprendizado. Então, os alunos seguem sozinhos ou em grupos por cada uma dessas partes até completar a trajetória integralmente, trocando as estações de tempos em tempos. Na rotação individual, o professor prepara um roteiro personalizado para cada estudante, levando em conta as suas dificuldades e facilidades. Nesse caso, alguns alunos não precisam passar por todas as estações,

somente por aquelas que fazem mais sentido para o seu perfil de aprendiz. E, na rotação do laboratório, há divisão da turma em dois grupos. Enquanto um deles faz as tarefas na plataforma virtual, o outro realiza as atividades presenciais programadas. Depois, eles trocam de ambiente para que as duas experiências sejam feitas por ambos os grupos.

No texto publicado por Pasini, Carvalho e Almeida e Lima (2020) há considerações sobre a hibridação. Os autores apontam para o termo hibridismo, como aquele que envolve a fusão, o sincretismo, misturas particulares. Esta maneira de pensar sobre o conceito de hibridismo remete a refletir sobre o direito que as culturas possuem, suas características e diferenças. Nesta diversidade, o hibridismo corrobora em distintos conhecimentos.

Com a ascensão da pandemia em 2019 e de sua apropriação de diversos espaços, inclusive o escolar, o modelo que até então se efetivava de forma remoto emergencial no início do ano de 2020 foi repensado e novas estratégias se instauraram na gestão do país. Uma destas propostas foi a de trazer o modelo híbrido para o campo do espaço escolar de forma gradativa. Na educação básica, em alguns estados e municípios já estão se instaurando medidas de trabalho alternados, com os alunos em processo de revezamento presencial e seguindo avaliações de como a saúde e população está circunscrita na cidade, seguindo determinados protocolos de saúde e cuidado orientados pela gestão estadual e municipal. Tudo para que permaneça na instituição escolar a possível garantia que a escola não deixe de ter o seu papel de assegurar a interação social e aprendizagem.

No entanto, a inserção destes dispositivos nos lares ou na escola de maneira presencial e não presencial, não se garante de forma equilibrada e estruturada de uma maneira linear, com total perfeição de execução. Desafios foram se instaurando no cotidiano e o espaço do aprender tornou-se alvo de indagações e busca de resoluções.

Um destes desafios foi o domínio da equipe de profissionais em utilizar a ferramenta digital, plataformas e uso da tecnologia de comunicação e informação.

Muitos profissionais esbarraram na dificuldade do “como fazer”. Cursos foram ofertados, por algumas prefeituras e estados, no intuito de atender de imediato as lacunas de conhecimento destas tecnologias. Mesmo assim, esta oferta de disponibilidade de horas de curso foi necessária para que os professores e profissionais da educação conseguissem vivenciar o apreendido da teoria na aplicação e inserção prática?

Outro desafio é a exigência da posse de meios: computadores, telemóveis ou tablets ligados a internet que se dá aos alunos e a alguns professores sem condições de adquirir um computador. Por outro, a questão de internet é outra dificuldade que embaraça certos alunos e professores com nível socioeconômico desfavoráveis. Uma sugestão apresentada neste caso é que o governo em coordenação com as escolas deve identificar e fornecer telemóvel ou computador aos alunos de famílias de baixa renda para garantir a inclusão destes no processo e criar um pacote de internet de acesso gratuito aos alunos acessível a partir dos dados pessoais. Novamente a indagação a que se refere este desafio é o tempo para a implementação deste procedimento. Será possível aguardar e esperar a aquisição dos municípios e estados perante a demanda e necessidade imediata de alunos e profissionais?

4. Para finalizar:

Este texto trouxe do pensamento de Michel Foucault uma grande contribuição para um olhar diferenciado sobre o que pode ser considerado dispositivos de segurança em tempo de pandemia, para atender o Biopoder e a Biopolítica. Tanto o sistema remoto emergencial, quanto o modelo híbrido foram inseridos nos lares e nas casas de maneira imperativa e ao mesmo tempo foram sutis ao indicar que esta era a melhor alternativa para o momento crítico de saúde vivenciado. As casas assumiram um papel de local disciplinador, de resguardo e cuidado com a população e que estaria a serviço do aprender através de utilização de artefatos como: computadores, internet e outras tecnologias, como também um local que se maximiza a produtividade.

Tanto as casas, como as escolas assumiram um papel de relevância neste momento de contexto pandêmico. Mesmo que um dos papéis da escola seja de docilizar e preparar os alunos em suas subjetividades para atender de forma útil ao mercado neoliberal, por outro lado estes momentos de aprender que se dão no espaço da escola e se transportaram para os lares oportunizam resistências sobre as modalidades e suas aplicações.

Desta forma, não nos cabe assinalar se estas modalidades de ensino são as mais pertinentes ou não no contexto de pandemia, no espaço de aprender que se dá na casa ou na escola. Como posterior estudo propõe-se uma nova reflexão para que sejam em momento oportuno feitas outras pontuações e análises sobre modulações ou inserções de dispositivos de segurança no encaminhar da sequência a pandemia, em um momento pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, Lynn. Educação Remota: Entre a Ilusão e a Realidade. **Educação: Interfaces científicas**. Aracaju.V8. n3.p.348-365.2020.
- ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho; CARVALHO, Élvio de; PASINI, Carlos Giovanni Delevati. A Educação Híbrida em Tempos de Pandemia: Algumas Considerações. **FAPERGS: Observatório Socioeconômico da COVID-19-Universidade de Santa Maria**. Santa Maria: 29-06-2020.
- ALMEIDA, Joelma; MARTINS, Vivian. Educação em Tempos de Pandemia no Brasil. **REDOC**. Rio de Janeiro: V.4, n,2,p.216.maio/ago 2020.
- BACICH, L., NETO, A. T. & TREVISANI, F.M. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BORBA, Ítalo do Nascimento Oliveira. Biopolíticas e Covid-19: um esforço para entender o Brasil. **VOLUNTAS: Revista Internacional de Filosofia**. Santa Maria: V.11 e 48,p.1-8, julho de 2020.
- BRASIL. **Decreto 9.057, de 25/05/2017**. Regulamenta o Art. 80 - Lei 9394. Brasília: DOU, 2017.
- CARVALHO, Marília Sá; WERNECK, Guilherme Loureiro. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública n.36 maio/2020 <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>.

CONTI, Davi Maranhão de. Vida e poder – reflexões acerca da pandemia atual. **VOLUNTAS: Revista Internacional de Filosofia**. Santa Maria: V.11 e 44 ,p.1-8, julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In:_____. **Em defesa da Sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Aula de 1º de fevereiro de 1978. In:_____. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos: IX Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade**. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

JÚLIO, Ossula Abílio; NHAGUAGA, Mércia Armindo Farinha; SUNDE, Rosário Martinho. O Ensino Remoto em Tempos de Pandemia da COVID-19: Desafios e Perspectivas. **EPEDUC: Revista Epistemológica e Práxis Educativa**. Teresina: V.03, n.03, set/dez.2020.

LIMA, Jânio Robson Rocha. A implementação do Ensino Híbrido no Período Pós-Pandemia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo: V.02, n. 2, fev.2021

GUIMARÃES, Heitor Moreira Lurine. A Pandemia de 2020: Prelúdio de um Neoliberalismo Renovado? **VOLUNTAS: Revista Internacional de Filosofia**. Santa Maria: V.11 e 38 ,p.1-10, jul.2020.

MORAN, José Manuel. **Novos caminhos de ensino a distância**. Centro de Educação a Distância, SENAI: Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife**. Revista UFG, 2020, v.20.

NÓBREGA, Luciano; OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Os desafios da educação remota em tempos de isolamento social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 14, 20 de abril de 2021.

SANTOS, E. **Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura**. Anais do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2009, p. 5658-5671.

SOUZA, Elmara Pereira. Educação em Tempos de Pandemia: Desafios e Possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. V.17, n.30.jul/dez2020.